

Casa da Cultura António Bentes
Biblioteca
(Secção de Recortes)

«Sobrevive-se Mesmo Debaixo de Água»

Cláudio Torres

Assunto:

Expresso, 14.12.1991



Casa da Cultura António Bentes
S. Brás de Alportel

Biblioteca

Livro n.º 1461

Cota n.º 4-53

PRÉMIO PESSOA

Foi um arqueólogo e historiador de arte com sensibilidade de antropólogo, que saiu da Universidade de Lisboa para investigar, quem recebeu o Prémio Pessoa deste ano pelo trabalho feito em Mértola, onde transformou a descoberta do passado numa aventura envolvendo toda a população, sem por isso descurar o máximo rigor

CLÁUDIO TORRES

«Sobrevive-se mesmo debaixo de água»

RUI ROCHA

CLÁUDIO Torres afirmou-se no panorama relativamente recente das Ciências Sociais em Portugal através do seu trabalho em Mértola: melhor, do seu projecto para Mértola. O que deu progressivamente à intervenção arqueológica em Mértola um valor modelar foi a contínua articulação com as pessoas da terra, tornando-as no garante da conservação da memória do seu passado esquecido, aos mesmo tempo que se procuravam salvaguardar as tradições e os modos de vida tradicionais. Este estudo antropológico serve, por sua vez, para apoiar a interpretação dos restos arqueológicos, escavados com particular atenção aos traços da vida quotidiana conservados. Até à data, são mais as continuidades que as rupturas detectadas — sobretudo a longa continuidade do primeiro milénio, onde, a nível da ocupação, mal se nota a inscrição da chamada invasão árabe.

A este equilíbrio entre o presente vivido e a memória mais ou menos longínqua responde um outro, bem mais difícil, entre a preservação de saberes e caracteres e a sobrevivência material da própria comunidade, ameaçada pelas sucessivas retrações económicas: fim do papel de porto comercial entre o Baixo Alentejo e Lisboa, no princípio deste século, encerramento das minas de S. Domingos mais recentemente. A saída óbvia, o turismo Guadiana acima vindo do Algarve, é desejado, mas com distância. A proliferação de pequenos núcleos museológicos dentro e fora da vila velha assinala a recusa de estabelecer o grande edifício-resumo-da-História à mão de vinte carradas diárias de turistas. As ruas estreitas e escarpadas por onde se chega ao Museu de Arte Sacra, na Misericórdia, ao núcleo romano, nos restos da «villa» conservada por baixo da Câmara Municipal, ao criptopórtico de sustentação do fórum, à torre de menagem que abriga as pedras visigóticas, assim como a distância relativa ao museu de sítio, em construção, que abriga as únicas sepulturas paleo-cristãs invioladas da Península, que remem-se como outros tantos crivos que só deixam passar um turismo cultural de qualidade, que fique, que estude, que ame — e que tarda. A manutenção das antigas artes é dificultada pela sua idade: falham os cardadores; falham as rouparias onde se fabricava o mais do queijo dito de Serpa, desde que alguém se lembrou de comprar o leite todo para uma fábrica de queijo que nunca deu nada que se comesse. Falha sobretudo, o dinheiro. Todo o projecto par-

tiu do trabalho voluntário dos investigadores e, quando as condições apertam, regressa ao voluntariado. Pelo caminho ficaram as ofertas de financiamento estrangeiro, que pareciam implicar uma dependência prioritária da Líbia, e por isso foram recusadas; e ficou, também, o apoio concedido a projectos vários pela JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica) do tempo de Mariano Gago. Entre investigação científica e produção artesanal, o Campo Arqueológico de Mértola contribui decisivamente para que a Câmara constitua o principal empregador do concelho. Entretanto, o exemplo vai alastrando, de Silves à Messejana, de Noudar a Viana do Alentejo.

EXPRESSO — Porque é que ganhou o Prémio Pessoa?

CLÁUDIO TORRES — Há uma moda que passa por questões eco-ambientais ligadas à cidade e ao património deste tipo. Existe uma evidente apetência e aceitação do tipo de actuação que temos vindo a desenvolver em Mértola. O cidadão precisa das suas ilhas, mais ou menos mitificadas, espera que a sua terra de origem ainda se mantenha, com as suas aldeias, ou farrinhas...

EXP. — Uma recuperação: espera que aguento, resista, não se destrua. Como uma espécie de pequeno bastião de sobrevivência que faz parte, creio, desse mito hoje importante dos pequenos modos que servem para pôr os pés na terra, como o gigante do mito — mitos do equilíbrio humano.

C. T. — Não digo uma recuperação: espera que aguento, resista, não se destrua. Como uma espécie de pequeno bastião de sobrevivência que faz parte, creio, desse mito hoje importante dos pequenos modos que servem para pôr os pés na terra, como o gigante do mito — mitos do equilíbrio humano.

EXP. — Pode dizer-se que o projecto de Mértola é um projecto com um conteúdo político definido?

C. T. — Desde o princípio, pela simples razão que há duas maneiras de intervir fora das áreas urbanas, no mundo dos outros: uma é a recolha (respeitosa ou não) da imagem, que passa pelo folclore, pela etnologia, e uma outra que é intervir dentro, penetrar num meio para deixar algo. E isso é um acto político, uma opção. Muitas vezes acontece que os próprios que vão para recolher ficam enleados noutra cultura, noutro mundo pelo qual se cria uma certa paixão. Aqui, por causa da época que abordamos, o medieval, temos um mundo quase ainda em carne viva: não é uma pré-história longínqua, fria, gélida, metida esterilmente nos escaparates da Universidade, ou mesmo o período romano, em toda a sua

monumentalidade morta. Estamos num mundo ainda muito próximo: são as mesmas caras, é o mesmo espaço, é a mesma forma de olhar, são as mesmas ovelhas. A intervenção arqueológica nesse mundo ainda a funcionar toca necessariamente nas gentes: o modo de entrar vai marcar o futuro de toda a intervenção e tem de ser muito, muito cuidado, porque garante, ou não, um trabalho em continuidade.

EXP. — Já tinha essa noção quando veio para aqui?

C. T. — Era uma coisa antiga, de contactos noutras ocasiões: ouvir implica aprender primeiro. Vir para cá implica uma aprendizagem prévia, e fiz isso todos os anos: quando vinha um grupo para uma escavação, havia uma preparação prévia: como é que uma pessoa se comporta, como é que deve fazer um jovem que chega a um meio deste tipo, o respeito que deve ter, como falar. Isso foi sempre fundamental, e foi sempre feita uma selecção muito rigorosa. Quem vinha era preparado ao longo do ano para nas férias ter o direito de vir, porque era um trabalho muito importante. Daí que desde o princípio que as equipas foram espectaculares e houve uma participação grande: havia uma sintonia de interesses e um respeito pelas

pessoas, um integrar lento e poderoso e um respeito mútuo.

EXP. — Escolheu o mundo medieval por saber que ia encontrar um mundo «em carne viva» ou escolheu a época e deu-se depois conta que essa realidade existia?

C. T. — Já a minha tese de licenciatura tinha sido sobre a parte final do mundo antigo. Foi um período que sempre me fascinou: uma transição escura entre o mundo imperial e a Idade Média. Há ali um espaço negro, muito mal estudado e conhecido.

EXP. — Não fez escavações na Roménia?

C. T. — Perfeitamente escolar. Fui como todos a algumas pequenas campanhas. O principal já foi cá, com muitas asneiras ao princípio e muito esforço, mas já cá.

EXP. — Essa ideia de devolver a uma população o controle sobre o seu quotidiano e o seu passado tem muito a marca de Maio 68.

C. T. — Marcou-nos a todos, à minha geração, marcounos muito, muito e profundamente. Foi um percurso político que, fosse em Paris ou fosse, principalmente, em Praga, desabrochou e atingiu de certa forma uma compreensão política mais profunda. Saiu de um período de militância ainda estalinista, muito fechada,

para de repente desabrochar para uma abertura para outros problemas da cultura política ou da política cultural. Foi a grande explosão, a grande novidade.

EXP. — Onde estava nessa altura?

C. T. — Estava em Bucareste, mas fui viver os acontecimentos todos a Praga, como jornalista da Rádio Bucareste que fazia emissões para Portugal para as colónias e o Brasil. Na altura havia na Roménia um apoio quase completo para a cobertura que estávamos a fazer sobre a invasão de Praga. Tinha vinte sete anos. Estive sempre a trabalhar na rádio e só no período final é que comecei a fazer o curso.

EXP. — Assistiu à invasão?

C. T. — Estava lá o meu pai e a minha mãe e consegui, com o pretexto de os ir ver, penetrar e depois fiquei aquelas duas semanas fundamentais em Praga a participar um pouco naquelas noites de rua, naquela festa triste que foi o final da Primavera de Praga. Tinha lá estado dois ou três meses antes, nas discussões da festa da Primavera e depois durante a invasão e ainda voltei outra vez até que depois já não me deixaram entrar. Os contactos com Maio 68 vieram mais tarde, quando fui fazer o doutoramento para Paris e frequentava os grupos sul-americanos.

EXP. — Como é que descobriu Mértola?

C. T. — Através do Serrão Martins, que foi meu aluno na Faculdade. Foi aqui uma figura consensual: era um jovem professor com prestígio enorme aqui na vila, toda a gente aqui lhe passou pelas mãos.

Tinha estado na fase principal de arranque do «Comércio do Funchal». Era uma pessoa absolutamente fora do normal, com uma cultura e um humanismo espectaculares e foi com isso que ele aqui teve um papel fundamental. O PC surgiu agarrado a figuras muito antigas da terra mas que então estavam completamente estabilizadas na vida e são os jovens encabeçados por ele que fazem uma lista — contra o PC, mais ou menos ligada ao MES. De repente o PC entende o que está a acontecer, o prestígio imenso do Serrão, e apoia a lista do Serrão. Mas ficou sempre com uma visão extremamente diferente, humanista e muito curiosa, das pessoas. A forma como conviveu com as pessoas até morrer ficou no imaginário daqui — perfeitamente não demagógico, democrático.

EXP. — Porque é que fez daqui a sua base de trabalho?

C. T. — Na altura, o Borges Coelho e eu andávamos a fazer uma espécie de grande circuito



pelo Alentejo. Lá em cima no Castelo vi pelo chão uma série de cacos de época califal espalhados pelo chão. Havia um buraco donde os miúdos os tiravam. Saía de lá uma figueira e a gente conseguia entrar por entre as raízes e via a abóbada do cripto-pórtico que depois desentulhámos. Solicitei logo uma autorização de escavação e pedi apoio ao José Luis de Matos, o único arqueólogo medievista que na altura havia, e começámos os três a organizar uma ideia para Mértola.

EXP. — Como é que as pessoas reagiram perante esse núcleo estranho que aparece assim de repente?

C. T. — Aqui o estrangeiro é recebido imediatamente, quase de olhos fechados. É como se fosse um agradecimento à pessoa que se digna parar para ver a sua terra. O primeiro grande grupo que trouxemos cá foi um grupo do curso de estrangeiros da Faculdade. Foi uma coisa... Toda a gente levou um para casa, as suequitas, os pretinhos, empaturraram-nos... Gente que vem de propósito a Mértola, que vem só aqui, foi a primeira vez. Isto era uma miséria muito grande.

EXP. — Qual foi a primeira acção de sensibilização que fizeram?

C. T. — Fizemos uma exposição razoável para os nossos tristes meios: vitrinas feitas à mão, uma papelada, lá em baixo na Misericórdia. Para quê? Para papéis, para fotografias antigas, para objectos que as pessoas queriam dar. Havia fogões velhos, ferros de engomar, aqueles floreiras com anjinhos de porcelana dos anos 15 e 20 ainda a imitar o rococó, uma colecção espantosa de tudo — até pedras do mar que o avô de alguém tinha trazido, além das coisitas que nós já tínhamos das primeiras escavações. Do ponto de vista museológico era uma coisa sinistra. Veio cá na altura a Natália Correia Guedes, que olhava com uns olhos... Mas percebeu, comoveu-se: havia uma confusão com todos a verem as suas fotografias — era o atractivo, claro. As fotografias são a grande arma do passado, a grande base do conhecimento colectivo.

EXP. — O primeiro núcleo museográfico foi, segundo creio, o ferreiro.

C. T. — Logo a seguir. Começámos a ter boas relações com o ti' Brito, a tentar que ele mantivesse aberta a forja e chegámos a um acordo. Serviu na altura para uma abordagem etno-arqueológica, e começou a surgir a ligação à antropologia local — o que é a peça, o que é o objecto, qual a técnica de restauro.

EXP. — E a oficina de tecelagem?

C. T. — Começou a abrir-se o leque para actividades afins, não arqueológicas. A tecelagem continua. É muito difícil por causa de questões técnicas. Esteve quase a acabar a cardação — uma operação difícil, feita por homens, aliás a única. As mãos ficam deformadas pela força. Tentámos fazer cursos de aprendizagem. Qual história! É um trabalho perfeitamente desqualificado socialmente. Mas voltou-se a conseguir.

EXP. — A manutenção de técnicas tradicionais surge, no vosso caso, como resposta a uma situação dramática de sobrevivência da comunidade.

C. T. — Há um aspecto muito importante, também, que é o aspecto científico. Esse processo da tecelagem despoletou um outro e neste momen-

to estamos a fazer um levantamento alimentar dum ponto de vista etnográfico, o levantamento das várias receitas e comidas possíveis através da equipa de etnoantropologia. Na escavação do bairro almóada do Castelo estamos a apanhar uma série de casas com restos alimentares. Temos uma equipa em Madrid com quem estamos a trabalhar que faz a análise completa deste espólio, a partir das escamas dos peixes, dos ossos. E fazemos a comparação com o que ainda hoje se come e como se come: como se corta o frango, o que se come do frango, todos esses pequenos mecanismos que são fundamentais para a compreensão deste microcosmos.

EXP. — Com alguns resultados?

C. T. — Muito interessan-

tes. Estamos a encontrar provas evidentes de continuidade, não só de estruturas, o que seria normal, mas mesmo humanas — povoados desde a 2ª Idade do Ferro chegaram quase até aos nossos dias no mundo da serra. É o caso de Alcaria Longa que fomos escavar em colaboração com a Universidade do Novo México num programa comum: o que é a casa, como é que ela se ordena em função de um pátio, dum espaço aberto? Depois há o aspecto antropológico: como é que funcionam as casas daquela zona na aldeia, ainda hoje? O que é que acontece quando há um casamento? A continuidade de endogamia a nível de aldeia ou região ainda não está respondida, embora haja exemplos no Oriente de Al-Andalus. Está-nos a dar resultados muito interessantes

na questão do habitat, na comparação de fenómenos de estrutura, fenómenos alimentares e organização espacial da casa: que tipo de cerâmica é usado, em quê e porquê? O que é que se come e onde? Qual a panela de ferro para isto ou para aquilo? O micromundo da mulher está a sair lentamente das hipóteses e a entrar no domínio do conhecimento seguro.

EXP. — Uma das vossas características é a distância em relação ao poder central.

C. T. — Só aparentemente porque no fim de contas essa força institucional existiu: eu era um quadro universitário e assim vinha para aqui com alunos; por outro lado, houve sempre boas relações com o IPPC e uma integração no seu departamento de Arqueologia, porque desde há muitos anos

que eu faço parte da própria Comissão Nacional de Arqueologia. Quer dizer que há também um poder que se fazia sentir através de mim. E há várias coisas que ajudaram a cimentar o projecto: se não a própria escavação seria impensável, porque precisa duma autorização anual que um marginal do fim do mundo não receberia.

EXP. — Como é que entrou para a Comissão Nacional de Arqueologia?

C. T. — Fui escolhido pela Faculdade de Letras de Lisboa, numa altura em que ainda havia lá arqueólogos.

EXP. — Já não há?

C. T. — Há uns farrapos que vão ficando. Aqui como em qualquer parte é preciso o trabalho pequenino, miúdo e poirento do rato cinzento, acumulando, acumulando, acumulando milhares de coisinhas pequeninas. Criar contra poder é que não é fácil. Exige a convergência de muitas coisas: o sítio, a vontade do poder da própria Câmara... Os meus melhores alunos estão hoje aqui — tudo seria impensável sem eles... a própria vila, como Alcácer ou Silves, com a alcáçova, a ligação à zona envolvente. Além disso, com o seu abandono manteve o seu casco: se tivesse tido o desenvolvimento de Albufeira...

EXP. — O desespero das pessoas aqui sem futuro facilitou também a integração.

C. T. — Até porque não houve, nem há, outra alternativa. Ninguém pensa montar aqui uma fábrica de plástico nem de pneus. Somos o segundo empregador, a seguir à Câmara, com cinquenta a setenta pessoas — sem contar com as dezenas de jovens esporadicamente envolvidos todos os anos. Temos a oficina de ourivesaria, onde formámos cinco moços com um curso de quase três anos, o que é um luxo. Tivemos um bom curso de doçaria.

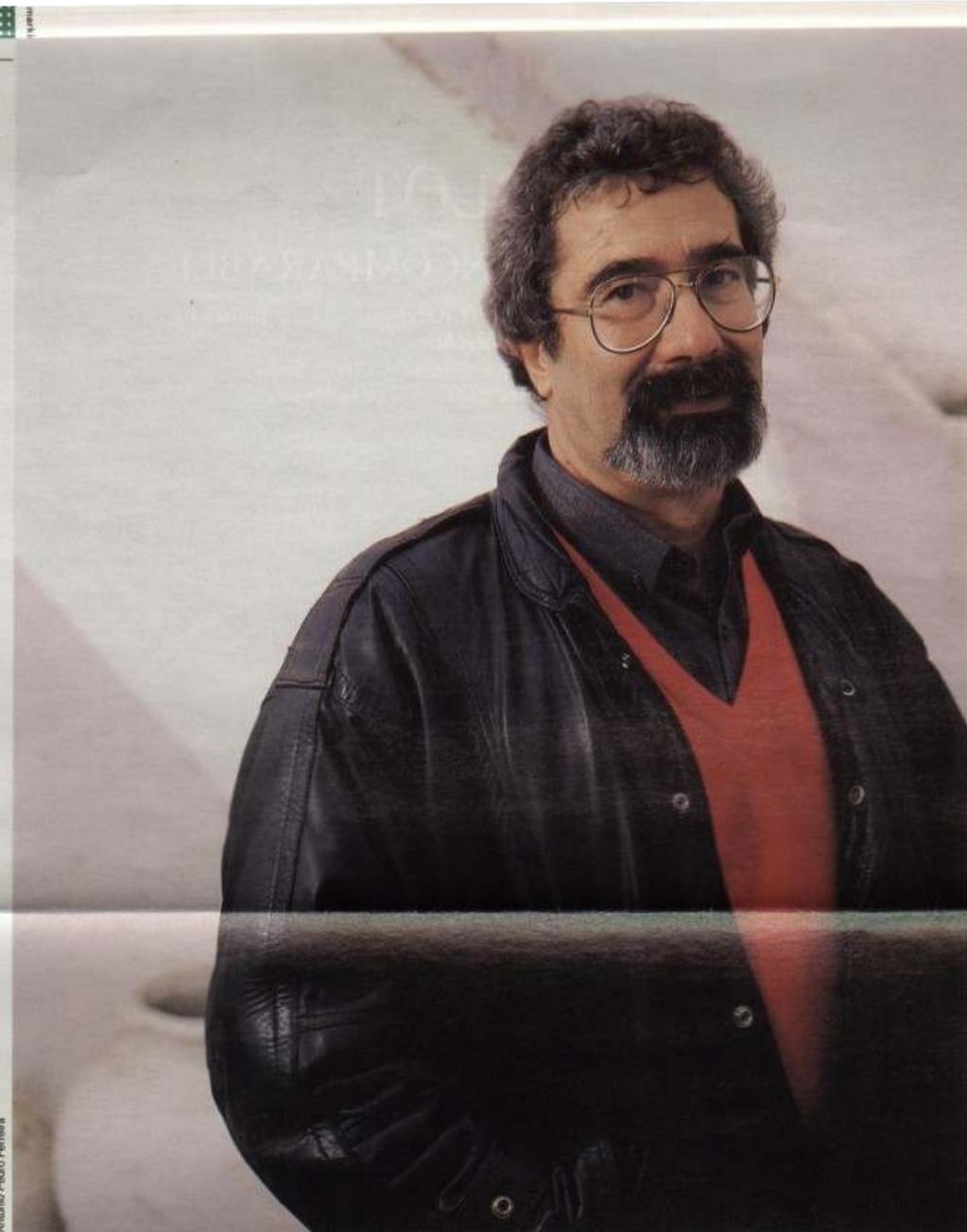
EXP. — O que é que isso tem que ver com arqueologia?

C. T. — Então não tem? Primeiro fizemos um levantamento, que não foi fácil, de toda a maneira de fazer os doces de mel, a tradição alimentar do mel e a integração disso tudo. Hoje conhece-se a doçaria que se fazia aqui, além de se fazer da outra, para viver.

EXP. — O Campo Arqueológico de Mértola tem tendências para uma certa hegemonia regional?

C. T. — Há uma influência indirecta; directa só em Noudar e Beja; há colaboração com Serpa, houve com Moura. O nosso objectivo é resistir às solicitações: é normal que a malta peça uma mão mas não temos o papel de bom- ➤

Arquivo Pedro Ferreira



O homem dos sete instrumentos

CLÁUDIO Torres é daquelas pessoas que obriga quem o conhece a tomar posição: os que não gostam dele, geralmente odeiam-no. Um hábito seu talvez ajude a entender essa ausência de indiferentes: recusa-se a apertar a mão àqueles que falam bem pela frente e fazem mal por trás. Quando Mendes Atanásio, então coordenador do Departamento de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, se dirigiu a ele de mão estendida a cumprimentar, alguns minutos depois de ter recusado, na respectiva Comissão Científica, aceitar a tese de doutoramento que se propunha realizar sob a direcção de José Mattoso, olhou e respondeu, com a placidez costumeira: «Desculpe, mas acabei mesmo agora de lavar as mãos», deixando o futuro catedrático boquiaberto perante tão insólita franqueza; dezenas de pessoas testemunharam e o caso ficou na memória da Faculdade. O mesmo aconteceria a outros colegas seus, que considera filhos de franqueza ou frontalidade.

Filho de Flausino Torres, historiador e militante comunista de velha data, a influência dele foi profunda, não tanto na concepção da História como na formação do carácter. A ligação à sua memória continua viva: ao receber uma mensagem de felicitações de Mário Soares por ter recebido o Prémio Pessoa, comoveu-o a evocação do gosto que o pai teria em o acompanhar, se estivesse vivo: «A obra escrita foi uma parte pequenina da vida do meu pai. Era uma figura perfeitamente excepcional. Nunca perdi a forma feia como o partido tratou o meu pai: ele contava o que estava a acontecer na Checoslováquia, o que tinha

acontecido e o que ia acontecer. Não se tinha a coragem de dizer aquelas coisas dos países do Leste, portanto foi acusado de louco. Assistiu ainda, felizmente, ao 25 de Abril. Para mim, ficou sempre o nosso pequeno deus, embora longínquo. A primeira vez que me abraçou na vida foi na prisão. Foi-me ver à prisão e nunca tinha tido um abraço dele, o que é realmente raro».

ESTAVA-SE em 1959, ano em que Cláudio Torres completava 20 anos. Há três anos já que fazia parte do Partido Comunista Português. Filiara-se logo que, chumbado o 7º ano, decidira não sobrecarregar a família e ir trabalhar. Saiu, assim, de Tondela, onde nascera e fora educado no colégio particular onde Flausino Torres, a quem a Função Pública estava vedada por motivos políticos, ensinava. Os professores tinham a benesse de inscrever os filhos de graça e, assim, o futuro arqueólogo fez o liceu entre os meninos ricos da Beira Alta.

Em casa, não lhe davam lições de comunismo. Mas a atmosfera não era evidentemente favorável à ditadura salazarista. A maneira de encarar as colónias, por exemplo, era outra e marcou o jovem. Em 1954, percebeu que era diferente dos colegas. A União Indiana invadiu os pequenos enclaves de Dadra e Nagar-Aveli, no Estado Português da Índia, e em todo o país, «do Minho a Timor», organizaram-se manifestações de desagravo. Em Tondela também, claro. Enquanto os colegas se embandeiravam de Mocidade Portuguesa, achou que era seu dever não comparecer à manifestação diante da Câmara, nem

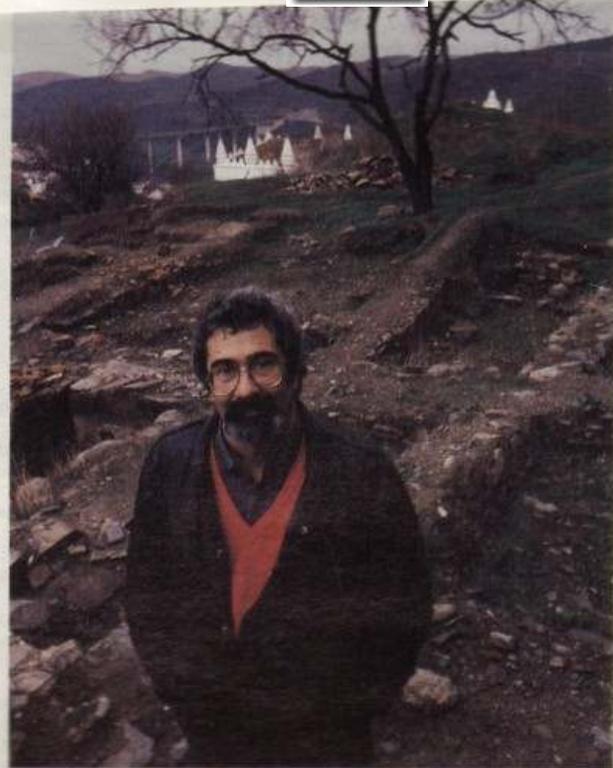
gritar «Salazar, Salazar, Salazar». A partir daí, passaram a olhá-lo, e à família, doutro modo.

O compromisso político viria apenas em Aveiro. Depois da pacatez de Tondela, descobria a cidade e a vida. Arranjou emprego numa fábrica de azulejos, o primeiro dos muitos trabalhos com que ganharia a vida. Filho de quem era, logo foi recrutado para o Partido — para a célula dos estudantes, não a dos operários. A célula era ele e mais outro, mas o mundo da dedicação e da militância fascinou-o. Tinha poucos contactos com o núcleo proletário e esses num bosque e sempre de noite, quando só se distinguem os vultos e o reconhecimento se tornava impossível — exigências de segurança na clandestinidade. Ainda hoje recorda com emoção a abnegação do seu primeiro funcionário, o João Honrado, que vinha para essas reuniões a pé desde Coimbra, onde chegava com os pés em sangue (veio a reencontrá-lo no Alentejo). Quando foi a casa ia outro, senhor de dar a grande novidade. O pai é que não achou grande graça a tão precoce compromisso para o futuro. Lá tinha as suas razões: o filho tornou a não fazer o 7º ano.

Foi para o Porto cursar Escultura. Era o período áureo da Escola de Belas-Artes, alfofre de oposição à estética oficialona do regime. Para ele, o grande mestre será, porém, Júlio Resende. Conheceu por essa altura Maria Barroso, cuja dignidade e coragem em recitais de poesia contestária, a que dava a sua voz, o impressionaram.

Foi então também que se enamorou de Manuela, sua companheira até hoje.

Continuou o trabalho partidário. Andavam dois grupos, compostos de



Cláudio Torres no campo de escavações da alcáçova de Mértola

comunistas e aliados, a fazer pichagens — «Amnistia! Amnistia!» — nas vésperas duma visita de Américo Thomaz, quando um deles é preso. Dias depois, era a vez de Cláudio Torres conhecer os métodos da PIDE (ver caixa). Mestre Resende foi depor em seu favor. Conseguiu evitar o pior: a condenação como membro do PC, vinte anos à sombra. Safa-se com sete meses na prisão central do Norte. Só havia outro preso político, com quem enceta uma greve da fome exigindo um prato de conduto à refeição, cujo menu andava reduzido a uma rala sopa de couves. Para grande espanto deles, ganham. Tornam-se os heróis dos outros detidos.

Saem para um país à beira de entrar na guerra. Quando os primeiros soldados partem para Angola, a

palavra de ordem do Partido é embarcar. Mas são os comunistas os primeiros a regressar — em caixões. A partir daí começaram a preparar a fuga.

O «SALTO» para França era coisa de muitos contos de reis — hoje dava para comprar um andar. Eles não tinham. Adquiriram um barquito em mau estado, dos de motor fora de borda, e meteram-se a concertá-lo. Nenhum tinha andado no mar alto, à excepção dum estivador amigo, o Valadas, que aceitou acompanhá-los até Lisboa (confessou depois que nunca tinha passado da barra do Douro). Cláudio Torres casou com a namorada. Ainda andaram nas folias do S. João; ➤

➤ beiros regionais — isso é com o IPPC. Cada caso é um caso único. Em Noudar é diferente, foi lá que muita desta equipa se conheceu. Durante o curso de construção tradicional: faz parte do nosso passado recente e não podemos deixar a Câmara de Barrancos sem apoio — ninguém lá vai. Por outro lado criou-se uma colaboração com uma boa equipa do outro lado da fronteira, a trabalhar em Encina Sola, e há um projecto comum de investigação regional abrindo as fronteiras culturais com Barrancos.

EXP. — Vive numa casa de taipa, produto desses cursos tradicionais.

C. T. — Pois; evita o arre-

fecimento no Inverno e o aquecimento no Verão. Sempre são 50 centímetros de terra.

EXP. — Como vai o vosso funcionamento?

C. T. — A Associação de Defesa do Património de Mértola está a ajudar-nos, que agora não temos dinheiro porque acabaram os projectos financiados pela JNICT. Eram por três anos. Concorremos aos próximos mas só começamos em Janeiro.

EXP. — Essa pausa tem algo a ver com as alterações na JNICT?

C. T. — Tenho a impressão que sim, embora sintamos o máximo de vontade de ajuda lá dentro.

EXP. — Como é que resolve a situação actual?

C. T. — Vivemos de dívidas, pedimos ao banco, esperamos, aguentamos; alguns meteram-se na escola para ganhar um ordenado. Sobrevive-se mesmo debaixo de água.

EXP. — A mais vulgar acusação que fazem ao Campo Arqueológico é a curta obra publicada. Porquê?

C. T. — Sim, é uma acusação com razão de ser. Temos concentrado na sobrevivência e não na produção científica; a produção científica pura é uma produção cara e exclusiva e nós hoje não podemos dar-nos ao luxo de publicar umas coisinhas. Só pode-

mos publicar ao nível da melhor qualidade científica e gráfica — e isso dificulta quando há problemas financeiros. Foram muitas intervenções; foi a construção arqueológica e foi a opção de investir na apresentação museográfica em vez dos resultados livrescos.

EXP. — E os catálogos?

C. T. — Também com catálogos: saiu a semana passada o do museu lapidar do Castelo. Vai sair o do período paleocristão quando for inaugurado o museu de sítio, no início do próximo ano. Está já amadurecido, de qualquer modo, o projecto de publicações: em Dezembro vai sair a «Revista de Arqueologia Medieval», de

âmbito nacional, com qualidade científica e técnica e onde vamos passar a publicar os nossos trabalhos, também com números temáticos. Contamos com artigos da nossa melhor comunidade científica; no segundo número, que vai abarcar o Al-Andalus, temos uma série de colaborações desde a Universidade de Málaga e de Granada até Madrid e Sevilha.

EXP. — E quando é que se candidata ao doutoramento?

C. T. — Já fiz o doutoramento: acabo de entregar, depois de dois anos de trabalho, um texto de centenas de páginas sobre o Islão para a História de Portugal dirigida

pelo José Mattoso. Estou contente: é um texto simples sobre o Al-Andalus que creio vai lançar algumas ideias novas. Neste momento, é a minha obra, e está feita.

EXP. — E a Faculdade?

C. T. — Letras está numa situação «medieval» no pior sentido da palavra. Não é como em Espanha, onde o doutoramento é um princípio e não um final de carreira. O arejamento depois do 25 de Abril acabou; os velhos bonzitos voltaram e defendem-se como podem — não através da ciência e da investigação mas através da repressão, evitando a presença de qualquer outro que os possa pôr em causa. São uns infelizes. ■

» nessa noite, aproveitando o entusiasmo tripeiro e o fogo de artifício, saíram a barra. A sorte é que o mar estava chão. Seguiram aos bordos pela costa fora, Aveiro, Figueira da Foz, onde se iam afogando, sem saber onde eram os portos. À chegada a Lisboa, azar: caíram direitinhos no meio do «chique porto» dos iates do Clube Naval de Cascais. Pior: putos, disseram que vinham do Porto. Naquilo? Promovidos a heróis dos iatistas, aprestou-se uma festa de homenagem para o dia seguinte. Escaparam-se à noite, passaram o dia a fugir do Cabo da Roca, a tentar passar o Espichel, que viam «ao fundo, a rugir». As ondas seriam pequenas, mas subiam mais alto que a proa minúscula. Tiveram de atirar fora bagagens, começaram a conhecer-se melhor.

Não repetiram o erro e, cada vez que iam a terra, diziam que vinham do porto logo acima. Lá chegaram à Arrifana, na costa vicentina. Tinha de ser a última escala: as águas algarvias andavam bem patrulhadas, a Marinha reforçara o número de vedetas de fiscalização. Terra pobre de pescadores de lagosta, só havia lagosta para comer. Adoptados pela comunidade, foram sete dias que deram para enjoar o crustáceo de luxo. Os homens da terra desconfiavam que o seu destino era Marrocos; a gasolina nunca daria para lá chegar; e a despedida, na praia, foi um enterro. Na Arrifana, confirmam que

o grupo era heterogéneo, uns que já estavam ilegais, outros que só seriam chamados para o ano seguinte. O perigo e a morte fizeram pensar duas vezes muita gente. Vai, não vai, lá seguiram todos para «uma última viagem». A gasolina acabou no meio do mar, como já esperavam. Para ali ficaram a ver navios. Lá foram avistados, ao fim de três dias à espera da morte, por um petroleiro de bandeira liberiana que os encontrou convivamente naufragos, pois o ácido dum pilha rebentada pusera-lhes as roupas em farrapos. O capitão não os deixou em Marrocos, levou-os para Gibraltar donde conseguiram ser expulsos para Marrocos, em vez de devolvidos à procedência.

Passaram lá um ano. Para pagar o nascimento da primeira filha, fez esculturas em ferro soldado, que estavam na moda. Desenhou no Ministério do Urbanismo, ganhou o concurso para um cartaz da Air France, la dando...

A chegada de Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos dá-lhe rumo à vida. Encarregam-no de organizar a recepção aos desertores do Exército português, tanto aos poucos politizados como aos muitos assustados que nunca tinham pensado ver-se em andanças de guerra e exílio, camponeses perfeitamente fora de tudo. Envolveu-se pela mesma altura na «operação Vagão», montada por Henrique Galvão com o fim de desviar um avião co-

mercial marroquino. O avião foi desviado e despejou sobre o sul de Portugal a propaganda anti-salazarista de Galvão, mas Cláudio Torres não participou: os comunistas queriam distribuir também a sua propaganda — para Galvão, anti-comunista convicto, nem pensar nisso era bom.

Com Humberto Delgado, pelo contrário, o entendimento terá sido bom e, segundo o próprio, foi ele o responsável pelo encontro com os líderes guerrilheiros africanos que preludeu a primeira conferência de Imprensa em que o general admitiu a autodeterminação das colónias: «O Delgado veio ter connosco por causa do barco. Ele queria entrar em Portugal à viva força. Sabia que uns portugueses tinham chegado num barquito...»

A ESTADIA em Marrocos não se alongaria. O PC enviou-lhes como tarefa reforçar as emissões em português dos países de Leste, mais para as colónias que para o Continente. Berlim, Praga, Bucareste: na Roménia era urgente assegurar substituições, e foi para lá que Cláudio e Manuela seguiram. Ninguém os esperava à chegada, e tiveram alguma dificuldade em contactar alguém do Partido. Por fim lá ficaram registados, com nomes falsos de que, mais tarde, custaria livrarem-se. As regras da clandestinidade não tinham cessado, antes pelo me-

trário: não só não existe nenhum documento que prove que um certo Cláudio Torres trabalhou na Rádio Bucarest como poucos dos emigrados políticos poderão testemunhar terem travado conhecimento com o dito: Carlos Antunes, por exemplo, nunca se cruzou lá com Cláudio Torres. Os contactos eram severamente restringidos entre eles. Mesmo quando se encontravam, falavam uns com os outros em romeno, embora desconfiando do idioma pátrio a tremeluzir lá no fundo. A alegria da casa de Cláudio Torres, sempre cheia, levava alguns adolescentes, como Daniel Perdigão, a transgredirem as regras. Às vezes, tinham os filhos na mesma creche, as mães percebiam. Desse período, uma memória fundamental: as reportagens para a Rádio da Primavera de Praga. «É inimaginável. Agora está toda a gente. É o banal. Nessa altura era uma coisa política, muito profunda, muito política. E com uma alternativa lindíssima ao socialismo. Era diferente.» A presença dos pais, que tinham acabado por sair de Portugal em 1965, cobria as sucessivas estadias do filho na Checoslováquia. Aí criou uma nova cultura política que viu ser esmagada pelos tanques russos. Reagiu contra a posição do PCP, como muitas dezenas de outros refugiados; ainda foi a Paris recolher assinaturas para o documento de contestação entregue. Era inútil, e no mesmo ano

de 1968 abandonou o Partido.

Livres agora das regras da clandestinidade (a mulher nunca fora filiada), trataram de recuperar os seus verdadeiros nomes para irem estudar — para que houvesse, nesse caso, documentos comprovando que se licenciaram, ele em História de Arte, ela em Linguística. Ficaram então grandes amigos de Lindley Cintra, que por lá passou na ocasião dum congresso e lhes mandou os primeiros discos de Zeca Afonso.

Concluída a licenciatura, foi para Paris, no princípio de 1973, à procura de ar livre e do doutoramento. A tese era sobre o desenho insculturado em pedra e madeira que vai marcar um bocado o final do Baixo Império Romano e o nascimento do Islão, dirigida por Grodetsky, um importante medievalista da História de Arte. A sobrevivência — que a Roménia não lhes estaria muito propícia em matéria de bolsas — ia-se garantindo, trabalho aqui, trabalho ali: impressão de gravuras umas vezes, chaminés chiques, estilo escultura no meio da sala, para casas do XVIème, outras, electroencefalogramas num manicómio durante seis meses, com pseudónimo grego: «Não podia ser português, porque naqueles hospitais psiquiátricos qualquer francês que se prezasse não autorizava que as mãos dum português lhe tocassem. Comecei a apanhar montanhas de portugueses jovens perfeitamente liquida-



Cláudio Torres (no seu gabinete) é já um mertolense e todos sentiram ter contribuído um pouco para o prémio



Fotos: António Pedro Ferreira

ficado na Nova tinha perdido completamente uma das fases mais bonitas da minha vida, que foram os meus dez anos naquela Faculdade — virar uma página absoluta. Esse novo teatro da liberdade foi espectacular». A adaptação à docência foi difícil, mas obrigou-o a estudar ainda mais para responder às perguntas, às dúvidas, às provocações até, dos alunos dessa altura, que o ensinaram «a viver o que é mesmo a democracia». Ainda vinha longe, em 1975, a docilidade que viria a caracterizar o princípio dos anos 80, quando novos e velhos catedráticos, de obra científica (com a excepção de Borges de Macedo) fraca ou falsa, sem cultura nem criatividade, procuraram isolar o Departamento de História da investigação que decorria noutras faculdades, depois de terem conseguido o afastamento, por falta de condições de trabalho, de professores eminentes, como Joel Serrão e José Mattoso. O perfil de autonomia de Cláudio Torres, a autoridade crescente como especialista do período islâmico a nível internacional, granjeado pelas suas pesquisas em Mértola, não eram de molde a conquistar-lhes as graças, antes os inquietava. Recusaram aceitar a proposta de tese de doutoramento e viram-se assim livres numa presença independente e incómoda. Cláudio Torres estava finalmente livre para investigar.

■
R.R.

dos, em estado terminal. Inevitavelmente, falava com eles, não aguentava. Quando ouviam um português a falar davam um salto na cama, coitados — estavam ali às vezes à meses e meses, não tinham família, não tinham nada, apanhados nas valas, com depressões terríveis, daquelas de caixão à cova. O médico que me dava cobertura começou a estar preocupado, e larguei isso». Viveu numa mansarda do Marais, das pobres, com um talho judeu no rés-do-chão

que sangrava os bichos segundo as normas rituais: não esqueceu o cheiro do sangue na escada.

O 25 DE ABRIL veio encontrá-lo a pôr um mosaico de desenho seu num dos jardins suspensos dos prédios da margem esquerda, em frente à Defesa. Nem esperou pela conclusão do mosaico de vidrinhos de Murano. A dona da casa compreendeu e pagou por inteiro — à justa para o bilhete de

regresso. Voltou, por coincidência, no mesmo avião de Alvaro Cunhal. Como o passaporte ranhoso roubado há anos pelo Partido algeus já não servia de sebento e carimbado (e falso), aproveitou o entusiasmo democrático para evitar os controles. Apanhou um táxi: «Você veio neste avião? Sente-se aqui!» Levou-o a Cascais, a todo o lado, convidou-o para almoçar, para jantar, para os copos. A mulher precedera-o quase um ano, sem escapar a uns tempos de prisão em Caxias, por causa da velha

fuga do Porto, e só saíra em liberdade condicional devido a um movimento lançado por Lindley Cintra. Chegou tarde a casa, mas a tempo de viver o primeiro 1º de Maio.

Uma amiga, Maria de Lurdes Belchior, pôe-o em contacto com José-Augusto França e vai para o Instituto de História de Arte criado por este na Universidade Nova de Lisboa: «Estávamos ali a olhar uns para os outros numa sala alcatifada e o barulho estava lá fora». Foi para a Faculdade de Letras. «Se tivesse

LAVO n.º 1461